

KUPFER, D. Ciclo e Crise. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 12/12/2016. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/ciclo-e-crise.ghtml>

Ciclo e Crise

12/12/2016

À política macroeconômica cabe a tarefa de gerenciar o ciclo. Evidentemente, crescimento e desenvolvimento econômicos dependem de um rol muito mais amplo de políticas do que a gestão monetária, cambial e fiscal pode proporcionar. Gerenciar ciclos significa moderar o aquecimento da economia nas fases de alta de modo a tornar mais duradouros os períodos de expansão e limitar a queda do nível de atividade para evitar que o produto e o emprego afundem nas fases de baixa.

Atingir esses objetivos requer coesão política e instrumentos eficazes de ação. Talvez pela falta de ambos, os governos brasileiros sejam useiros e vezeiros em praticar políticas macroeconômicas que transformam baixas cíclicas em crises. É esse o quadro que se vive desde 2015 e, ao que tudo indica, vai persistir por mais um bom tempo à frente.

Se o ano de 2015 foi horrível, o que dizer de 2016? Noves fora o consolo de ter passado voando, o balanço do ano que se encerra é o pior possível: muito rico em fatos, muito pobre em realizações, deixando claro que somente retórica otimista não é capaz de mover a economia. É nesse contexto que será avaliado o ato derradeiro da política econômica em 2016 que, ao que tudo indica, será a aprovação final da chamada PEC do Teto de Gastos pelo Congresso Nacional.

Primeiro, causa estranheza que no Brasil possa parecer politicamente mais fácil modificar a Constituição do que alterar a legislação ordinária. Emendas Constitucionais são mais abstratas, têm efeitos mais difusos e que são sentidos em prazos mais longos. Para o governo, jogar todas as cartas em uma única mobilização congressual pode ser mais efetivo do que se enredar em um xadrez de negociações, cada qual com seus termos de troca, em um processo que se não for conduzido com fartas doses de legitimidade e competência estará fadado a

gerar muitos conflitos e poucos avanços. Mas se assim é, então é porque a democracia representativa brasileira é muito falha.

Segundo, olhada a ferro e fogo, a PEC do teto de gastos pode ser vista como uma cortina de fumaça. O problema não está na mudança da regra fiscal atual, de metas de resultado primário para metas de gasto. Essa é uma mudança que faz sentido, pois retira o incentivo a criação de receitas e valoriza a busca de maior eficiência da política pública. Mais ainda: pensando-se na contribuição da política fiscal à gestão do ciclo econômico, reduz-se o caráter acentuadamente procíclico do regime em vigor, que está na raiz da presente crise.

Contudo, ao propor o congelamento dos gastos públicos em termos reais por 20 anos, a PEC mostra ser uma via absolutamente inadequada para conduzir essa mudança. A ideia de que o congelamento do gasto do governo pode ser eficaz vem de um diagnóstico míope baseado na aplicação ao orçamento público do Jogo da Tragédia dos Comuns, que prevê que os comportamentos individuais levam à depleção dos bens de propriedade comum de uma sociedade. A despesa do governo nunca caberia no PIB porque grupos de interesses em torno de novos gastos ou renúncias fiscais articulariam coalizões partidárias no Congresso Nacional do tipo “eu apoio o teu interesse A se você apoiar o meu interesse B”, resultando na aprovação de A e B.

A generalização desse comportamento conduziria, inapelavelmente, à exaustão do orçamento. A imposição de um teto monetário ao gasto total faria com que a aprovação de A dificultasse a de B e vice-versa, quebrando o incentivo a esses comportamentos oportunistas. Algo semelhante à fixação de uma cota máxima de lagostas que pudessem ser pescadas por toda a atividade a cada ano.

Essa visão, para dizer o mínimo, simplista, implica uma dinâmica política perversa. Longe de favorecer o primado da racionalidade nos processos de negociação, as mesmas falhas de representatividade já mencionadas farão com que a imposição de um teto de gastos vá sacrificar os mais pobres, os mais jovens e outras parcelas da população sub-representadas no sistema político-partidário brasileiro. Uma vez que a PEC irá assegurar que o somatório dos atos do Parlamento não irá comprometer os fundamentos macroeconômicos requeridos para preservação do ambiente de negócios, as decisões cotidianas das casas legislativas perderão importância.

No entanto, por pior que seja o Legislativo brasileiro, engessá-lo não é um caminho de

solução. Cabe buscar renovar a política para que o re-equilíbrio fiscal provenha de uma reforma tributária “para valer”, que corrija o viés regressivo do atual modelo. Esse é o grande espaço de ação política ainda existente, e cuja exploração é interdita justamente pelos interesses que são super-representados na vida parlamentar brasileira.

Terceiro, a PEC do teto não alivia o problema fiscal nos próximos anos nem tampouco indica qualquer estratégia de ajustamento no futuro. Essa ficha vai cair quando 2017 chegar e a execução fiscal do próximo ano tiver início. Ficará claro, então, que as receitas foram estimadas para uma economia que já teria saído do fundo do poço, crescendo a 1,6%, mas serão geradas por um PIB com crescimento nulo ou negativo.

Deduz-se daí que alguma ação de efeito mais imediato na retomada do controle sobre o déficit público terá que ser tomada. Some-se o fato de que todas as saídas de crise da economia brasileira no passado envolveram a criação de novos impostos. Resultado: quanto tempo mais irá durar o compasso de espera atual, que já consumiu os anos de 2015 e 2016, até que a sociedade se convença de que não há como escapar de alguma nova fonte de receita tributária? Ruim com ela, pior sem ela. Feliz ano velho para todos nós.